

O Espaço Abstrato Digital: Lefebvre, Necropolítica e a Extrema Direita Contemporânea



Por **FELIPE NUNES COELHO MAGALHÃES***

Diante do espaço abstrato digital que alimenta a extrema direita e a necropolítica, a defesa lefebvriana do espaço diferencial e da reapropriação das infraestruturas cotidianas surge como horizonte essencial para uma ação política emancipatória

Desde a década de 1960, quando começou a dedicar-se a questões relacionadas ao espaço social e à urbanização, Henri Lefebvre (1901-1991) tem sido altamente influente nos estudos urbanos e na geografia crítica em todo o mundo. Falecido no ano da derrocada da União Soviética, muito do que Lefebvre teorizou a respeito das relações entre espaço, sociedade e reprodução do capitalismo permanece em cena – a centralidade da produção do espaço para a manutenção das hegemonias, a importância da vida cotidiana nesta produção social hegemônica, o direito à cidade como um norte político com grande potencial transformador etc. No entanto, muitas transformações significativas ocorreram desde sua passagem, o que convoca uma necessidade de se trazer sua obra para o tempo presente, em meados dos anos de 2020, um período de crises planetárias de múltiplas camadas e dimensões, onde o aspecto espacial segue central tanto na determinação das trajetórias quanto na organização da ação política emancipatória.

Desde 1991, são muitos os processos que ganharam importância e já se anunciavam nos anos anteriores, que podemos compreender através de lentes lefebvrianas enquanto, ao mesmo tempo, atualizamos estas abordagens. Escolho quatro grandes dinâmicas de maior relevância na conjuntura histórica atual para este exercício: o neoliberalismo, a financeirização, a emergência das novas tecnologias digitais e o retorno da extrema direita ao palco principal da política. São processos interligados, que precisam ser compreendidos nestes termos.

O neoliberalismo abre espaço para o avanço do setor financeiro, cujas contradições provocam e antecipam a crise do modelo. O par neoliberalização-financeirização converge com a trajetória do progresso tecnológico caminhando na direção da emergência das novas tecnologias de informação e comunicação – que ajudam a promover a atomização individualista consumista e empreendedora que constitui parte fundamental da base ideológica do modelo. A combinação dos efeitos da crise (que abre caminho e dá legitimidade a grandes movimentações democráticas e emancipatórias no início dos anos de 2010 em muitas partes do mundo, que são respondidas pelos movimentos reacionários que emergiram na segunda metade da década) com as possibilidades de novas formas de mobilização política criadas pelos meios digitais abre o caminho para o retorno de formas e métodos fascistas ao centro da política partidária.

Como Quinn Slobodian demonstra em seu novo livro – *Hayek's Bastards: race, gold, IQ, and the capitalism of the far right* – a extrema direita contemporânea tem origens internas aos circuitos do neoliberalismo. Portanto, apesar de toda a pirueta discursiva anti-establishment, ela não destrói a ordem neoliberal, mas a reinscreve num novo arranjo político, mais agressivo e abertamente autoritário. Acrescento que esta articulação só se sustenta porque encontra, nas plataformas digitais, uma nova modalidade de **espaço abstrato** – categoria lefebvriana central para compreender como o capitalismo reorganiza continuamente as condições de sua própria reprodução.

Do espaço abstrato industrial ao digital

Para Lefebvre, o capitalismo precisa produzir o espaço que resolve suas necessidades e assegura sua continuidade. Assim como o trabalho concreto é transformado em trabalho abstrato, o espaço social torna-se um meio homogêneo, quantificado, mensurável, funcional e submetido à lógica do valor de troca. Esta abstração torna-se uma prática de Estado, de mercado e de corpo técnico-administrativo, que se consolidou no século XX como uma linguagem subjacente do poder nos territórios, que resulta num espaço homogeneizado, mas também fragmentado: dividido em parcelas funcionais — morar, trabalhar, circular, consumir — e organizado de modo a otimizar fluxos de capital. Trata-se de uma forma espacial que controla, disciplina, orienta comportamentos e limita possibilidades.

No século XX, esta dimensão do espaço do capitalismo traduziu-se na expansão das cidades segundo as demandas da grande indústria: oferta de mão de obra, circulação de mercadorias, infraestrutura dominada pelo automóvel como objeto soberano etc. Com a virada neoliberal dos anos 1980 e a hegemonia financeira, o espaço abstrato deixa de ser comandado majoritariamente pela indústria, e passa a ser organizado pela lógica da valorização financeira: gentrificação, cidades-empresa, urbanismo voltado aos investidores, capital imobiliário globalizado, proliferação de modos de captura de renda fundiária. A metrópole torna-se um grande complexo de infraestruturas e mecanismos voltados para o rentismo e a extração (muito frequentemente indireta) permanente de renda de uma base socioespacial difusa e complexa.

Para além destas mutações neoliberais que promovem a convergência entre Jane Jacobs e Robert Moses no urbanismo hegemônico contemporâneo, o que caracteriza o nosso tempo é que a forma espacial da abstração sofreu uma metamorfose decisiva. Se o espaço abstrato nasceu do Estado e da indústria, hoje ele é digitalizado, algoritimizado, financeirizado. O termo latino *abstrahere* - arrancar, retirar, remover - indica o que as plataformas digitais fazem ao cotidiano: subtraem o gesto, o corpo, a copresença, convertendo vínculos em sinais intercambiáveis e calculáveis. As redes retiram elementos da socialidade presencial - hesitações, silêncios, ambivalências - e os substituem por equivalentes funcionais, instantâneos e quantificáveis. Trata-se de uma nova camada de abstração que reorganiza o próprio espaço social, capturando práticas, ritmos, percepções e interações.

No atual ambiente digital, o próprio espaço social passa a ser constituído, em grande medida, dentro e através dos espaços abstratos produzidos e reproduzidos por algoritmos. A mediação algorítmica de relações privadas — guiada por objetivos opacos e regras não divulgadas aos usuários — inaugura uma nova camada de abstração social cuja potência manipulativa é mais difícil de detectar e mais eficaz na conformação da realidade. A tomada de assalto do *Twitter* por Elon Musk ilustra a importância dos interesses escusos no direcionamento dos algoritmos, e nos permite compreender as formas com que as redes alimentam sentimentos e subjetividades que convergem com a extrema direita em sua versão contemporânea - que não é uma anomalia externa à lógica do espaço abstrato; trata-se de um produto interno, uma cristalização política de suas dinâmicas. A difusão em rede, a personalização permanente e a circulação veloz de signos permitem que múltiplos pontos de microfascismo se espalhem em capilaridades diversas, convergindo em escalas maiores. O que antes dependia de organizações estruturadas, agora opera em fluxos descontínuos, modulares, produzidos e reproduzidos por multidões conectadas, anônimas e, muitas vezes, automáticas.

Os espaços abstratos digitais e a reemergência da extrema direita

As análises de Theodor Adorno (em *A Personalidade Autoritária*) acerca das condições psicológicas que predis põem indivíduos ao autoritarismo ganham novo contorno nesse ambiente. Em Adorno, a confusão política e a sensação de perda de controle, alimentadas por um cotidiano precarizado, tendem a gerar o que se poderia chamar de técnicas de orientação: formas precárias de reduzir a complexidade do mundo. Elas aparecem como estereótipos rígidos, simplificações grosseiras ou personalizações que atribuem a indivíduos aquilo que decorre de processos vastos — mecanismos que se reforçam mutuamente e alimentam visões perseguidoras, teorias conspiratórias e fantasias moralizantes. Alberto Toscano - em seu livro *Late Fascism: race, capitalism and the politics of crisis* - acrescenta que hoje estas operações são amplificadas por arquiteturas algorítmicas que as tornam mais rápidas, mais eficazes e mais difíceis de identificar.

Em seu livro de 1938 sobre o Terceiro Reich (*Hitler au Pouvoir*), Lefebvre menciona as “notícias falsas” (*fausses nouvelles*), exatamente nesses termos, como parte do repertório fascista, e mostra como o uso das novas tecnologias do

telégrafo sem fio (rádio) também tornou-se uma tática importante para aqueles grupos:

“Muita gente imagina o fascismo como um espetáculo de força e tirania brutal. Essa imagem é simplista demais e corre o risco de reduzir a vigilância popular. O fascismo é muito mais astuto. Ele sabe usar todos os meios que a democracia lhe permite empregar: a imprensa, o rádio, manobras financeiras, campanhas de pânico ou difamação, notícias falsas etc.” (Lefebvre, *Hitler au Pouvoir*, p. 10).

As socialidades abstratas produzidas no e através do digital, compostas por relações e vetores sociais removidos de seus agenciamentos humanos localizados e intersubjetivos, criam um conjunto de formas de espaço social que não apenas se encontram desconectadas e distanciadas das relações sociais efetivas (como já ocorria em tecnologias midiáticas anteriores), mas também abrem a possibilidade de novas modalidades de interação entre grupos e indivíduos, nas quais a anonimidade e até sujeitos discursivos não humanos podem prevalecer. As redes sociais acrescentam duas dimensões ausentes nos meios do século XX: a mediação algorítmica das relações privadas e a presença massiva de bots. A ilusão de espontaneidade esconde mecanismos automáticos que amplificam certas narrativas e silenciam outras, modelando percepções de forma profunda e pouco perceptível.

As pesquisas da antropóloga Letícia Cesarino sobre grupos bolsonaristas mostram como essa dinâmica opera no Brasil. Não é apenas o conteúdo que produz efeitos, mas a forma de circulação: a construção de fronteiras rígidas entre “nós” e “eles”, a equivalência simbólica entre líder e povo, a produção permanente de urgência e ameaça, a inversão especular de acusações, a criação de canais paralelos que contornam qualquer mediação institucional. A extrema direita vem funcionando, em grande medida, como um ecossistema descentralizado. São massas digitalmente conectadas alimentando sua própria manipulação, produzindo e difundindo conteúdos por meio de curtidas, compartilhamentos, memes, vídeos curtos e microcomunicações agressivas. A figura do “hiperlíder” — carismático, permanentemente presente e emocionalmente incisivo — completa esse arranjo, aproximando a base e o líder em laços diretos que prescindem de qualquer estrutura intermediária.

A consciência mistificada encontra a necropolítica

Desde a crise financeira dos anos 2000, assistimos a uma dinâmica que se repete em várias partes do mundo: a crise das políticas liberais abre brechas para movimentos de contestação à esquerda, cujas energias, resultados e trajetórias variam conforme o país; e essa abertura é rapidamente enfrentada por blocos conservadores que, para recompor hegemonias abaladas, fortalecem grupos e plataformas políticas da extrema direita. O padrão é reconhecível: crise, mobilização democrática, reação autoritária.

Mesmo assim, o fenômeno contemporâneo não é simples retorno dos anos 1920 e 30, nem ruptura completa com o passado. O paralelo com o fascismo clássico é útil, desde que não se transforme em uma identidade rígida que impeça perceber as diferenças do presente. Há ressonâncias importantes — sobretudo no modo como a crise do capitalismo reorganiza formas de sociabilidade, subjetividade e violência —, mas também há inovações.

Henri Lefebvre tinha 21 anos de idade quando Mussolini chegou ao poder. Em 1933, no calor da ascensão nazista, escreveu com Norbert Guterman uma série de textos que buscavam compreender por que, em momentos de crise, setores significativos da população eram capturados por ideologias que prometiam ordem espiritual, pureza moral e unidade nacional. Um dos eixos centrais desses escritos é a noção de *mistificação*. Para Lefebvre e Guterman, trata-se de um mecanismo pelo qual a realidade social aparece invertida: justamente quando a nação é subsumida pelo capital internacional, a ideologia nacionalista se apresenta como valor supremo; quando a desigualdade se aprofunda, florescem discursos de unidade e harmonia; quando o conflito de classes se acentua, multiplicam-se narrativas de reconciliação espiritual. É a operação pela qual, nas palavras dos autores, “a realidade expressa-se no seu contrário”. Trata-se de uma forma extrema de consciência alienada, que só se torna possível quando a esfera pública se empobrece a tal ponto que a “consciência do fórum” é substituída por uma consciência privada que se fecha sobre si mesma, temendo o mundo e buscando certezas prontas.

Na edição de 1979 de *La Conscience Mystifiée*, Lefebvre e Guterman reconhecem que, para escapar do niilismo, hesitaram em admitir o alcance total da mistificação, cujo poder estava justamente em usar seu oposto – inclusive aquilo que parecia combatê-la – para se afirmar. Lefebvre (*Hitler au Pouvoir*) observa o jogo discursivo e a flexibilidade que são instrumentais para reunir apoio de diferentes segmentos da sociedade, de maneiras que ressoam com alguns grupos de extrema direita contemporâneos: “A história do movimento hitlerista é uma obra-prima de inconsistência doutrinária, má-fé e astúcia política” (ibid., p. 31).

“Ele não tem ideias. Foi o fantoche, o espantalho do grande capital. Demonstra que, no declínio material e moral de uma nação, quando não existe força dinâmica capaz de assumir a herança e continuar o trabalho material e espiritual, a má-fé e a falta de escrúpulos, uma estupidez trovejante, substituem essas forças ausentes. O Partido Nazista prometeu tudo. Aos pequenos capitalistas e às classes médias, prometeu salvação, um retorno à bela Alemanha burguesa do pré-guerra, o combate ao capitalismo especulativo.

Aos trabalhadores, prometeu socialismo. Em 1932, uma delegação de mulheres foi procurá-lo, e ele declarou: ‘Meu programa é que toda mulher alemã encontre um marido’. Aos camponeses, prometeu riqueza, a venda de seus produtos. À nobreza rural, prometeu proteção de suas propriedades e a continuidade de generosos subsídios. Aos financistas, prometeu a dominação sobre o Estado — e essas últimas promessas foram as únicas que ele cumpriu! A todos, prometeu a grandeza da Alemanha, sua unidade numa comunidade mística, algo nebuloso, muito novo na aparência, mas reconfortante”. (ibid., 1938, p. 32-33).

Nesse ponto, vale abrir uma pequena digressão para vislumbrar a interpretação de Jean-Paul Sartre, em *A Questão Judaica*, publicado logo após a Segunda Guerra Mundial, treze anos depois do primeiro ensaio de Lefebvre e Guterman. Na leitura de Maurizio Lazzarato acerca de Sartre, o racismo torna possível aquilo que o liberalismo sempre prometeu, mas nunca pôde entregar: dar acesso à propriedade a cada indivíduo. Ao retratar os judeus como ladrões, imaginam-se como vítimas potenciais de roubo, reforçando assim sua autoconcepção de proprietários legítimos. Essa dinâmica lhes permite enquadrar sua posse da França como natural e ameaçada ao mesmo tempo, usando o antisemitismo para afirmar e legitimar sua pretensão de propriedade: “mas é exatamente ao se levantar contra o judeu que, de repente, tomam consciência de serem proprietários; ao posicionar os judeus no lugar dos ladrões, inventam para si a posição invejável de pessoas que poderiam ser roubadas” (Sartre, *A Questão Judaica*, p. 29).

O racista, para Sartre (ibid., p. 62), “é um homem com medo. Mas ele certamente não tem medo dos judeus, mas de si mesmo, de sua consciência, de sua liberdade, de seus instintos, de suas responsabilidades, de sua solidão, da mudança, da sociedade e do mundo, de tudo — menos dos judeus.” Para trazer isso ao presente, seria necessário ampliar o tamanho e a diversidade do sujeito-objeto central do racismo e do ódio, mas a lógica permanece essencialmente a mesma.

Observando essa discussão a partir de uma perspectiva do sul global, é importante acrescentar as origens coloniais do pensamento e da prática fascista. Também é possível observar essas conexões na extrema direita brasileira, já que muitos de seus protagonistas se inserem em genealogias coloniais — das forças armadas aos latifundiários envolvidos em massacres de povos indígenas, dentre outros. Esse é um movimento necessário para compreender a extrema direita contemporânea e, se no norte global a questão migratória é um problema central de suas plataformas, suas manifestações no sul revelam a persistência violenta da colonialidade e como ela se articula a modos mais amplos de reprodução de desenvolvimento desigual diante de mais um ciclo de crise capitalista.

A experiência bolsonarista no Brasil foi definida em parte pelas ações do governo federal diante da pandemia de Covid-19, bem como por sua forma de lidar com populações indígenas, quilombolas, camponeses e militantes sem-terra, além das populações urbanas mais vulneráveis. Tais ações foram uma manifestação clara e intensa daquilo que Achille Mbembe conceituou como *necropolítica*. A pandemia foi instrumentalizada na direção de aumentar os riscos para os vulneráveis. Cento e sessenta e nove ativistas de direitos humanos foram assassinados no Brasil durante o governo Bolsonaro, e o país foi o segundo mais letal do mundo para ambientalistas em 2022, último ano daquele regime.

a terra é redonda

Essa articulação entre neoliberalismo em crise e extrema direita não é acidental. Quando os mecanismos tradicionais de acumulação encontram limites – saturação de mercados, retração do investimento, estagnação produtiva – cresce a tentação de criar novas fronteiras de valorização por meio da violência, da desapropriação, da destruição ou da degradação de vidas consideradas descartáveis. Para Lefebvre, quando já não há mais espaços novos a ocupar, o capital se volta para a produção do espaço já existente: destrói, substitui, expulsa, reconquista. É aí que a necropolítica se articula a projetos econômicos: a violência torna-se a forma de abrir caminho para novos ciclos de investimento.

O pensamento lefebvriano como guia para novos caminhos

Um ponto fundamental que Lefebvre sugere como horizonte político contra o avanço do espaço abstrato está no modo como ele trabalha a defesa da diferença e do *espaço diferencial* como fundamento da emancipação. Se o espaço abstrato tende à homogeneização, à eliminação do que é singular, qualquer espacialidade verdadeiramente nova só pode nascer do acento sobre a diferença. O *espaço diferencial* é o antídoto aos mecanismos que nivelam, fragmentam e submetem a vida às necessidades do capital. Ele aponta para a criação de outras materialidades, outras formas de sociabilidade, outros ritmos, outros modos de habitar.

Sabemos bem que o capitalismo contemporâneo aumentou em muito suas capacidades de se apropriar das diferenças, convertendo-as em nicho, signo ou mercadoria. Identidades são politizadas de modo superficial, estrategicamente alinhadas ao mercado e esvaziadas de suas práticas profundas. Resistir a essa captura exige que as próprias tecnologias sejam reapropriadas. Não basta abandonar as plataformas – é preciso construir infraestruturas autônomas, técnicas e políticas, que não dependam das corporações que hoje controlam a comunicação e, por extensão, parte decisiva da vida social.

Há ainda um outro aspecto, menos discutido, mas central no pensamento de Lefebvre: a dimensão festiva da política. Em sua visão, a ação emancipatória precisa estar enraizada na vitalidade do corpo, no acontecimento coletivo, na festa que rompe a rotina e suspende as hierarquias. Ele via, nos movimentos de 1968 – influenciados diretamente por seu ensino –, a força de uma política que não se limita ao possível dado, mas inventa possibilidades novas, ampliando o horizonte da vida. Ter o espaço diferencial como horizonte implica uma política fundada na pluralidade, nas alianças entre diferenças reais (e não mercantilizadas), na invenção de novas práticas democráticas e, sobretudo, na reapropriação das infraestruturas que moldam a vida cotidiana. Revisitar Lefebvre não é apenas compreender o presente; é imaginar e lutar por futuros espaciais que escapem ao cerco da abstração dominante.

***Felipe Nunes Coelho Magalhães** é professor do departamento de geografia da UFMG.

– Versão resumida do artigo *Revisiting Henri Lefebvre in postdemocratic times: digital abstract spaces and other far right assemblages*, no prelo no periódico *Environment and Planning D: Society and Space*.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA